

Instituto Politécnico de Viseu
Escola Superior de Educação de Viseu
Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em
Risco

Impacto da Institucionalização nas Perspetivas Presentes e
Futuras das Crianças e Jovens em Risco

Projeto de Mestrado em Intervenção Psicossocial em Crianças e Jovens em
Risco, realizado sob orientação da Professora Doutora Esperança do Rosário
Jales Ribeiro

Viseu, setembro de 2013

RESUMO

Este trabalho resulta de uma pesquisa sobre o impacto da institucionalização nas perspectivas presentes e futuras das crianças e jovens em risco. Pretendeu-se mais concretamente, realizar um estudo exploratório a envolver crianças institucionalizadas e crianças não institucionalizadas, para que nos fosse possível perceber de que forma o primeiro contexto influencia as perspectivas das crianças e jovens em risco e avaliar da pertinência de avançar com uma proposta mais abrangente de investigação neste domínio.

Desta forma, um dos objetivos deste estudo centra-se em compreender qual a relação existente entre os valores e a satisfação com a vida nas perspectivas futuras das crianças e jovens institucionalizados e não institucionalizados. De modo a conseguir avaliar e perceber tal desiderato, utilizaram-se dois instrumentos de recolha de dados: um questionário sobre os valores e perspectivas futuras e uma escala de satisfação com a vida. Com base nos dados obtidos propomos um projeto de investigação com recurso ao mesmo tipo de instrumentos, amostras mais abrangentes e hipóteses de partida.

Palavras-chave: Institucionalização; Família; Valores; Satisfação com a vida.

ABSTRACT

This work results from a survey on the impact of institutionalization on the present and future prospects of children and youth at risk. It was intended more specifically, an exploratory study to involve children institutionalized and non-institutionalized children, were possible for us to understand how the first context influences the perspectives of children and young people at risk and assess the relevance of putting forward a proposal more comprehensive research.

In this way, one of the objectives of this study focuses on understanding the relationship between values and satisfaction with life in the future prospects of children and young institutionalized and non-institutionalized. In order to be able to assess and realize this aim, we used two instruments for data collection: a questionnaire about values and future perspectives and a range of life satisfaction. Based on the data obtained, we propose a research project using the same type of instruments, samples and more comprehensive hypotheses of departure.

Keywords: Institutionalization, Family, Values, Life Satisfaction.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Doutora Esperança Ribeiro, pela orientação dada e apoio no desenvolvimento e realização deste projeto.

Aos meus pais, pois sem eles nada disto seria possível, OBRIGADO por contribuírem para a pessoa que sou hoje. OBRIGADO por tudo.

Ao meu irmão, pelo exemplo que sempre foi, e sempre será, pelo apoio incondicional e motivação.

À minha cunhada pela pressão positiva e motivação transmitida, Obrigado.

Ao meu marido, pelo companheirismo e amizade, compreensão, pela força e carinho em todas as ocasiões.

As minhas colegas de mestrado, em especial à Carla, à Clara e à Manuela pela partilha de experiências, e ajuda em todo este processo.

As instituições que me abriram portas para o conhecimento das suas realidades.

Aos jovens participantes que permitiram que este estudo se realiza-se, foram a motivação desta investigação.

A todos aquelas que contribuíram de forma direta ou indireta para que este projeto fosse possível...OBRIGADO.

ÍNDICE

Agradecimentos	I
Índice	III
Lista De Abreviaturas	V
Resumo.....	I
Abstract.....	I
Introdução	1
I. Enquadramento Teórico.....	3
1. Contexto legal das crianças e jovens em risco vs perigo.....	3
2. Lares de Infância e Juventude	4
2.1. Família e instituição.....	6
2.2. Institucionalização: Conceito, dinâmicas e consequências	8
2.3. Projeto de Vida.....	10
3. Valores e Satisfação com a vida como influência nas perspetivas futuras das crianças e jovens institucionalizados	12
4. Papel do Assistente Social na institucionalização	14
II. Investigação Empírica	16
1. Apresentação e Justificação do estudo empírico	16
1.1. Apresentação dos Objetivos	16
1.1.1. Objetivo Geral	16
1.1.2. Objetivos Específicos	16
1.2. Cronograma	16
1.3. Metodologia.....	17
1.3.1.1. Tipo de estudo.....	17
1.3.2. População Alvo e Amostra	17
1.3.3. Instrumentos.....	17
2. Apresentação, análise e discussão de resultados.....	18
2.1. Apresentação e análise dos resultados – Questionário de Valores e Perspetivas Futuras.....	18

2.1.1. Caracterização das amostras em estudo.....	18
2.1.2. Variáveis de Conteúdo	20
2.1.2.1. Caracterização de Valores.....	21
2.1.2.2. Perspetivas Futuras	25
2.1.2.3. Satisfação com a vida.....	26
2.2. Discussão de Resultados	28
III. Proposta de Projeto de Investigação	31
Conclusão	33
Bibliografia	35
Anexos	37
Anexo 2 – Escala de Satisfação com a Vida	41
Anexo 3. Carta de Solicitação de autorização para aplicação de questionários	42
Anexo 4 – Cronograma de Atividades 2013-2013	43
Anexo 5. Cronograma de atividades – Proposta de projeto de investigação ...	44

LISTA DE ABREVIATURAS

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

EMAT – Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunal

LIJ – Lares de Infância e Juventude

DRELVT - Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo

INTRODUÇÃO

A proteção das crianças e jovens com dificuldades no seu desenvolvimento integral tem sido objeto de particular atenção ao longo dos tempos, verificando-se uma preocupação de prevenção e proteção orientada no sentido de evitar situações de perigo que poderão ser potenciadoras de comportamentos desviantes ao longo do seu desenvolvimento (Ramião, 2010).

O acolhimento em instituição é uma das medidas existente na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo¹, que tem implícita o envolvimento (participação) de outras entidades com competência em matéria de infância e juventude, neste caso as instituições particulares de solidariedade social, tendo como uma das suas valências os denominados lares de infância e juventude. Estes lares acolhem crianças e jovens com necessidades educativas especiais, que têm necessidade de frequentar estruturas de apoio específico longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas carências familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família. Esta resposta tem por objetivos: garantir condições de bem-estar e qualidade de vida ajustadas às necessidades dos utentes; criar condições facilitadoras de integração sociofamiliar e proporcionar meios que contribuam para a sua valorização pessoal, o reforço da autoestima e a autonomia pessoal e social (Ferreira, 2011).

Este projeto de Investigação insere-se no âmbito do Mestrado de Intervenção Psicossocial em Crianças e Jovens em Risco, ministrado pelo Instituto Politécnico de Viseu, na Escola Superior de Educação de Viseu.

É uma investigação que visa analisar a realidade das crianças e jovens acolhidos pelo sistema de proteção social de Portugal, no que concerne às perspetivas futuras para as suas vidas. A escolha deste tema reflete-se na necessidade de aprofundar esta problemática e assim perceber o que se tem feito e o que se pode vir a fazer para melhorar e incentivar as perspetivas futuras das crianças e jovens institucionalizados.

Neste sentido, numa primeira fase, foi realizada uma análise da literatura existente no que respeita a esta temática, para uma melhor compreensão da mesma. Num primeiro ponto fez-se um contexto legal das crianças e jovens em risco vs perigo, tendo em conta a sua evolução e consequências da sua situação. Num segundo ponto, fez-se uma análise dos lares de infância e juventude, visando o papel da família

¹ Lei nº147/99, de 1 de Setembro – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, artº. 54º alinha 1 – As instituições de acolhimento dispõem necessariamente de uma equipa técnica, a quem cabe o diagnóstico da situação da criança ou do jovem acolhidos e a definição e execução do seu projeto de promoção e proteção.

relativamente à institucionalização, o funcionamento e consequências da mesma e a implementação de projetos de vida para as crianças e jovens institucionalizados, seguindo-se de uma abordagem aos valores e satisfação com a vida, tentando perceber de que forma estes influenciam as perspetivas futuras destas crianças e jovens. Por fim é explicada a importância do papel do Assistente social no processo de institucionalização.

Posteriormente, é exposto o enquadramento empírico do projeto, onde é apresentado e justificado o tema de investigação, bem como objetivos e metodologia utilizada. Seguidamente é feita a discussão dos resultados obtidos, para assim compreender e ir ao encontro dos objetivos traçados. Conclui-se, com uma proposta uma investigação mais aprofundada relacionada com a temática aqui discutida, remetendo assim para um futuro projeto de investigação, nos mesmos moldes mas em amostras mais abrangentes sobre as crianças e jovens institucionalizados.

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. CONTEXTO LEGAL DAS CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO VS PERIGO

As crianças e jovens em risco são uma realidade cada vez mais visível no quadro da sociedade atual, dado que são situações que assumem uma grande importância social e política, ou seja, são fruto de situações de violência e insegurança no seio familiar, resultante da rutura da mesma, de condições socioeconómicas degradadas ou de natureza e tradição cultural (Ferreira, 2011).

Desta forma, a análise desta problemática impõe ao profissional uma intervenção baseada na criança, na família e no contexto em que se desenvolve, bem como na análise da mesma no quadro das políticas públicas de resposta ao problema (*idem*).

Na década de 80/90, a proteção da criança e jovem alcançou grande importância a partir da ação do Instituto de Apoio à Criança no domínio dos maus tratos infantis e com a ratificação da Convenção das Nações Unidas dos Direitos da Criança que “comprometeu todos os governos a permitir, às crianças, o desenvolvimento das suas capacidades em contextos que satisfaçam as suas necessidades básicas, respeitando simultaneamente os seus direitos civis, económicos, sociais, culturais e políticos” (Gomes, 2010, p.36). Assim, a criança é reconhecida como um sujeito de direitos sendo-lhe atribuído o estatuto de cidadão.

É numa abordagem integrada dos direitos da criança que surge a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro), a qual dispõe, no seu artigo 3.º, que a intervenção tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto comprometam a saúde, o desenvolvimento e educação, ou não se mostrem capazes de os proteger face aos perigos colocados por terceiros, ou pelas próprias crianças e jovens. Assim, na definição legal, o n.º 2 do art.º 3.º da LPCJP, considera que a criança ou jovem encontra-se em perigo quando está abandonada ou entregue a si própria; quando sofre de maus-tratos físicos ou psíquicos, ou seja, vítima de abusos sexuais; não receba os cuidados ou afeição adequados à sua idade e situação pessoal; esteja obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; esteja sujeita de forma direta ou indireta a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; assuma comportamentos ou se entregue a atividades ou consumos que

afetem com gravidade a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

Neste sentido, Gomes (2010) refere que nos termos da LPCJP a intervenção para a promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens, pertence em primeira instância, às entidades públicas e privadas com competência em matéria de infância e juventude, que por desenvolverem atividades nesta área (ex. centros de saúde, escolas) têm legitimidade para intervir. Quando estas por si só não consigam assegurar atempadamente a proteção que a circunstância possa exigir, surgem assim, em segunda instancia as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), que exercem as suas funções na área do município e desenvolvem a sua intervenção junto das famílias, mobilizando, junto da comunidade, recursos necessários para a extinção do perigo a que a criança ou jovem estejam expostos.

Em última instância surgem os tribunais, que atuam em casos de urgência ou quando as CPCJ sejam incapazes de fazer cessar a situação de perigo em que a criança ou jovem se encontrem em tempo adequado, ou por falta de consentimento dos pais, do representante legal ou de quem tenha a guarda de facto, ou ainda se a criança com mais de 12 anos ou jovem se opuser à intervenção.

2. LARES DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Os Lares de Infância e Juventude (LIJ) são uma resposta social que visa o acolhimento de crianças e jovens em perigo de duração superior a seis meses, com base na aplicação da medida de promoção e proteção. De acordo com o referido no artigo 49.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro “o acolhimento em instituição consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de um equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral”.

Os LIJ são instituições públicas ou cooperativas, sociais ou privadas com acordo de cooperação com o estado, que funcionam em regime aberto sendo organizadas em unidades que favoreçam uma relação afetiva do tipo familiar, uma vida diária personalizada e a integração na comunidade das crianças/jovens acolhidos.

Segundo Gomes (2010) os LIJ devem ser um meio facilitador para o desenvolvimento psíquico onde se torna fundamental a existência de meios

adequados estruturantes capazes de produzir e manter relações afetivas, estáveis e de boa qualidade. Quando estamos perante um acolhimento, a resposta dada deve ser diferenciada e de qualidade para efetuar um diagnóstico eficaz de forma a promover um acolhimento adequado às necessidades de cada um.

O acolhimento em instituição é uma das medidas existentes na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (art.º 35, n.º 1, al. f)), competindo a decisão às CPCJ e aos tribunais. Salienta-se que a medida de confiança a pessoa selecionada, para adoção, ou a instituição, (com vista a futura adoção) é da competência exclusiva do Tribunal, pelo que Ramião (2006) refere que esta medida deverá ser adotada sempre que esteja afastada a possibilidade de retorno da criança ou do jovem à sua família natural.

A equipa técnica destas instituições deve ser responsável pelo diagnóstico da situação da criança ou jovem e a definição e execução do seu projeto de promoção e proteção, devendo ter uma constituição pluridisciplinar (valências de psicologia, serviço social e educação) com a colaboração de pessoas na área da medicina, direito, enfermagem e organização de tempos livres².

Segundo o acordo de promoção e proteção das crianças e jovens em perigo, para além das cláusulas evidenciadas nos artigos 55.º (caracterização dos aspetos gerais que devem constar do acordo) e 56.º (acordo relativo às medidas em meio natural de vida), salienta-se o art.º 57.º específico das medidas de colocação, que refere que deve constar a modalidade de acolhimento, os direitos e deveres dos intervenientes (nomeadamente a periodicidade e duração das visitas por parte da família), a periodicidade e o conteúdo da informação a prestar às autoridades administrativas e judiciais, bem como a identificação da pessoa ou da entidade que a deve prestar, ou seja, qual o técnico de acompanhamento da execução da medida, logo o coordenador do caso (LPCJP).

Segundo Gomes (2010) e de acordo com o art. 58.º da LPCJP toda a criança e jovem desprovido de meio familiar e que seja acolhida em meio institucional tem em especial os seguintes direitos: manter contactos regulares e em condições de privacidade com a família, (sendo as visitas ajustadas consoante a evolução da situação respeitando sempre o projeto de vida para a respetiva criança ou jovem); receber uma educação que garanta o desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades (saúde, formação escolar e profissional, participação em atividades), ter o direito de estar integrada nas estruturas da comunidade, (de forma a potenciar a sua adequada integração social); usufruir de um espaço de privacidade e de um grau

² art.º 54.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro

de autonomia na condução da sua vida pessoal; receber dinheiro de bolso; direito à inviolabilidade de correspondência; nunca deve ser transferido de instituição, (salvo quando essa decisão corresponda ao seu interesse), e a contactar, com garantia de confidencialidade, a CPCJ e a EMAT(Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais), o ministério público, o juiz e o seu advogado. A criança ou jovem deve sempre ser informada da sua situação, tendo sempre em atenção a sua idade, maturidade e capacidade de compreensão dos factos, sendo fundamental dar-lhe a conhecer as causas do acolhimento e perspectivas para o futuro.

2.1. Família e instituição

A família é o sistema onde nos são transmitidos valores que permitem o desenvolvimento de sentimentos de pertença, de tomada de consciência, de autonomia, e individuação, que condicionam e modelam o nosso comportamento. Segundo Segalen (1999, cit. por Ferreira, 2011) a família não é apenas um conjunto de comportamentos, mas também um conjunto de representações inscritas nas genealogias do conhecimento onde a presença sincrónica de gerações assegura a transmissão de modelos culturais, desenvolve numerosas trocas, contribuindo para assegurar a reprodução social.

O desenvolvimento social, cognitivo, emocional, filiação no grupo de pares e desempenho académico da criança e adolescente depende dos comportamentos e estilos parentais, estes, por sua vez, podem atuar como fator de proteção mas também como fator de risco (Baptista, 2000).

A adolescência corresponde à fase em que o sistema familiar se torna mais vulnerável, uma vez que, nesta etapa, o adolescente inicia um percurso de separação das figuras parentais o que constitui um processo fundamental para a construção da sua identidade (Fonseca, 2005). O adolescente abandona assim a posição infantil de dependência em relação aos pais, envolvendo-se numa luta pela autonomia que pode consistir, grande parte das vezes, numa contestação constante fase à posição dos pais (Fonseca, 2005; Sampaio, 1996).

Como é referido por Sprinthall e Collins (1994), as oportunidades e dificuldades impostas pela família, o modo como os pais preparam e ensinam os seus filhos, são fatores que estão presentes desde o nascimento e mantêm a sua influência ao longo da adolescência. É a família que determina os contextos da maioria das aprendizagens, bem como do estabelecimento das primeiras relações sociais.

“Todavia, se durante a adolescência sofrêssemos uma modificação drástica a nível dos padrões comportamentais, das atitudes e dos valores, teríamos que passar por uma considerável desaprendizagem dos modelos antigos e por uma cuidadosa aquisição dos novos”(p.296).

A família, mais concretamente os pais, são os pilares mais importantes de socialização e educação das crianças e jovens. A parentalidade é a “Relação entre pais e filhos (...) naquilo que ela tem de irrepetível e único, ancorada na reciprocidade de afetos, orientada sobretudo, para o cuidado da pessoa do filho, no sentido da sua proteção e da promoção das suas faculdades físicas, intelectuais, morais, emocionais e sociais (...). (Martins, 2009, p. 225)

Desta forma, segundo Fante & Cassab (2007), quando uma criança ou adolescente é institucionalizado devem preservar-se os vínculos familiares, se tal não for possível deve tentar-se a integração noutra família. Devem evitar-se transferências para outras entidades, procedendo-se á integração na comunidade local e prevenindo-se o desmembramento de grupos de irmãos, até porque o afastamento destes é fortemente sentido pelos menores, segundo um estudo de Santos e Marcelino (1996, cit in Alberto, 2002).

Quando uma criança cresce afastada da família, faz com que a sua base de segurança desapareça, prejudicando as suas relações com os outros bem como o seu próprio desenvolvimento (Bowlby, 1990).

Posto isto, uma criança ou jovem que cresça longe da família pressupõe que a sua base de segurança desapareça podendo prejudicar as suas relações, bem como as restantes funções do seu desenvolvimento. Nas crianças institucionalizadas verifica-se que embora lhe sejam fornecidos os cuidados alimentares, de higiene e médicos, elas têm mais dificuldade em estabelecer relações significativas. Enviar uma criança para uma instituição é privá-la de ter uma família com intimidade e privacidade, uma vez que nas instituições o número de crianças comparativamente ao número de adultos é bastante elevado, levando a uma divisão do afeto (Rizzini, 1995, cit. in Alexandre & Vieira, 2004).

No entanto, o processo de institucionalização de menores em risco, por vezes, leva ao afastamento da família visto que esta se desresponsabiliza (Alberto, 2002). Uma medida, muitas vezes, de carácter provisório passa a ser substituída pelo abandono dos pais que consideram que na instituição a criança ou jovem são devidamente cuidados e que naquele momento não reúnem as condições para tal (Fante & Cassab, 2007).

A criança ou jovem institucionalizado depara-se com a necessidade de se adaptar a essa instituição, para além de ter de negociar novas relações com os adultos e com os pares (Price & Landverk, 1998, cit. in Formosinho, Araújo & Sousa, 2002). “Estas crianças ou adolescentes dificilmente vão romper os vínculos emocionais existentes com a família, destacando-se, ainda assim que vieram de um convívio familiar que, por menos amoroso que seja, não deixa de ser uma referência para as mesmas” (Fante & Cassab, 2007, p.14).

Ao serem institucionalizadas, as crianças e jovens regem-se por rotinas previamente estabelecidas, impedindo por vezes, o desenvolvimento do seu potencial enquanto indivíduos. Numa instituição, a atenção das pessoas é disputada frequentemente, não oferecendo condições para um pleno desenvolvimento da personalidade, da individualidade e dos vínculos afetivos (Carvalho, 2002, cit. in Siqueira & Dell’Aglío, 2006; Fante & Cassab, 2007). “ A criança e o adolescente (...), vivem numa realidade de família artificial e carente afetivamente, desamparados no que tange à segurança de se sentirem amados” (Fante & Cassab, 2007, p.15).

Contudo, segundo algumas investigações Dell’Aglío (2000, cit. in Siqueira & Dell’Aglío, 2006) considera que em situações de grande adversidade na família a instituição pode ser a melhor alternativa. Ainda assim, a mesma autora referindo-se a Bronfenbrenner (1979/1996) sublinha que o desenvolvimento num contexto de instituição, embora sendo possível, não fornece um equivalente familiar nas suas funções.

Como nos refere Alberto (2002), as crianças e adolescentes colocados em instituições parecem constituir uma população vulnerável a problemas de ordem física, emocional, comportamental e ao nível do desenvolvimento. Numa revisão da literatura efetuada por Siqueira e Dell’Aglío (2006), as investigadoras acrescentam ainda que um período de institucionalização prolongado interfere na socialização e na manutenção de vínculos afetivos na vida adulta.

2.2. Institucionalização: Conceito, Dinâmicas e Consequências

O conceito de institucionalização surge de forma assistencialista no séc. XVII, prestando apoio a crianças deficientes, tentando protegê-las da sociedade, contudo, este conceito é alargado mais tarde às crianças abandonadas e abusadas, com objetivo de satisfazer-lhes a suas necessidades básicas, tais como a saúde, higiene e

alimentação, surgindo mais tarde a preocupação com a educação com vista ao seu desenvolvimento global (Carvalho, 2000, cit. por, Gonçalves & Machado, 2003).

Segundo o Manual de Boas Práticas (2003), viver numa estrutura residencial, em especial, quando isso se prevê a longo prazo, ocorre desde logo uma mudança na vida da criança ou jovem, com possíveis repercussões a vários níveis, podendo existir sentimentos ambíguos e ambivalentes. A institucionalização surge quando há carência de um meio familiar que promova as suas necessidades e desenvolvimento integral.

Segundo o Decreto – Lei nº 11/2008 que visa o regime de execução de acolhimento familiar de crianças e jovens em perigo, o acolhimento familiar encontra-se concebido como uma medida de caráter temporário cujo pressuposto de aplicação assenta na previsibilidade do retorno da criança ou jovem à família natural. Existem desta forma, e como referido no mesmo decreto, dois tipos de famílias de acolhimento, ou seja, famílias em lar familiar e em lar profissional. O acolhimento familiar em lar profissional pretende a plena integração familiar das crianças e jovens cuja situação, por exigir uma especial preparação, aponta para a necessidade de a família de acolhimento ter uma formação técnica adequada.

É neste sentido, que a execução da medida de acolhimento familiar, assentado na previsibilidade do regresso da criança ou do jovem à sua família natural, está naturalmente associado à capacitação da família natural para o exercício da função parental, assumindo ainda especial relevância a interação com as famílias de acolhimento bem como o fortalecimento das relações da criança ou jovem com a sua família natural. Assim sendo, e segundo o artigo 3º alínea 1) a medida de acolhimento familiar é executada tendo por base a previsibilidade do regresso da criança ao do jovem à família natural, quando esta se encontre em condições de garantir a promoção dos direitos e da proteção da criança ou do jovem.

Gonçalves & Machado (2003) destacam quatro aspetos associados à institucionalização que poderão ter implicações negativas nas crianças e jovens, que são os seguintes: (i) o sentimento de punição – que traduz a perceção por parte da criança ou jovem, pensando que está a ser punido; (ii) demissão/diminuição da responsabilização familiar – verifica-se uma desqualificação gradual da família, do seu papel, das suas competências e responsabilidades, ocorrendo conseqüentemente um afastamento da mesma relativamente a criança ou jovem; (iii) estigmatização e discriminação social – socialmente, por vezes, são desenvolvidas preconceitos e construídos estereótipos, conduzindo a uma discriminação social, onde as próprias crianças e jovens desenvolvem processos de diferenciação negativa, pela auto

desvalorização e auto discriminação; (iv) função de controlo social/reprodução das desigualdades sociais – uma vez que a institucionalização da criança ou jovem em perigo tem subjacente a sua família que por vezes é marcada pela precariedade, tem como função proteger a criança ou jovem e controlar socialmente certas famílias ou grupos sociais e culturais determinados.

Uma instituição deve criar condições de desenvolvimento e de realização pessoal, de forma a superar os contextos desfavoráveis e das próprias estruturas pessoais fragilizadas da criança e jovem (idem). Desta forma uma instituição que acolha menores em risco deverá ser garantir segurança, reprimir angústias e promover o desenvolvimento pessoal e da construção da identidade (idem).

2.3. Projeto de Vida

Sempre que a criança e jovem necessitem de ser acolhidos, deve ser encontrada a instituição que melhor dê resposta às suas necessidades, nomeadamente educativas e de socialização, proporcionando-lhes proteção, confiança, segurança e estabilidade, num contexto onde exista respeito pela sua individualidade, definindo projetos desafiadores e adequados à sua condição (Gomes, 2010). Neste âmbito, é necessário desde logo efetuar uma análise diagnóstica com presteza, com a colaboração de todos os parceiros numa intervenção direta na situação em análise, de modo a agilizar a definição de um projeto de vida em tempo útil para a criança e jovem, bem como minimizar erros de avaliação (idem).

A intervenção dirigida às crianças e jovens deve ser cuidadosamente planeada, em que inicialmente se deve proceder à elaboração de um plano de intervenção individualizado, com objetivos concretos e que deverão estar perfeitamente identificados, em que a sua concretização fica sujeita a acompanhamento e avaliação. Na definição deste plano de intervenção devem ser consideradas características e dinâmicas familiares, características da criança e jovem, bem como a sua história de vida (Gomes, 2010).

Em função do tempo útil, è explorada, primeiramente, a hipótese de reintegração familiar, ou integração na família biológica e/ou alargada. Sempre que isto não seja possível, e continuem a persistir risco ou perigo para a criança ou jovem, surge a possibilidade de adoção, permitindo à criança ou jovem crescer num sistema familiar harmonioso para o seu desenvolvimento integral. Contudo, quando nenhum destes projetos de vida em contexto familiar é concretizável, a intervenção centra-se

no trabalho de autonomia, realizado a partir do contexto institucional, sendo implementadas diversas ações e estratégias de forma a colmatar o impacto negativo da criança ou jovem na instituição (idem).

Segundo o artigo 30º do decreto-lei nº12/2008 de 17 de janeiro, alinha 1) a medida de apoio para a autonomia de vida visa proporcionar a autonomização do jovem nos contextos escolar, profissional, social, bem como o fortalecimento de relações com os outros e consigo próprio. Sendo assim, são objetivos específicos, proporcionar ao jovem condições que lhe permitam viver por si só e adquirir progressivamente autonomia de vida através de um projeto integrado de educação e formação, tecnicamente orientado para a aquisição ou desenvolvimento de competências, capacidade e sentido de responsabilidade; criar condições especiais de acesso dos jovens aos recursos de que necessitam para a sua autonomização, nomeadamente, formação pessoal, profissional e inserção na vida ativa. Neste sentido, é necessária a realização de um plano de intervenção, que segundo o artigo 32º do mesmo decreto-lei, deve ser discutido, elaborado e operacionalizado com a participação direta do jovem, sendo estabelecidos objetivos a atingir, bem como as estratégias e as metas para o seu processo de autonomização, tendo em conta as seguintes ações: formação pessoal contínua, continuação do percurso de formação escolar ou realização de cursos de formação profissional adequados ao perfil vocacional do jovem; apoio à inserção laboral do mesmo e o apoio na utilização de redes interinstitucionais de suporte ao nível de educação, formação profissional e emprego.

Segundo Gomes (2010), é importante a criança ou jovem conhecer e aceitar o seu passado, pois o seu bem-estar no futuro vai depender da forma como souber lidar com o seu passado, tornando-se a construção da história de vida num instrumento fundamental para todo este processo. As crianças e jovens devem ter uma participação ativa e efetiva como cidadãos de pleno direito, de forma a favorecer a sua integração familiar e social e a participação nos processos de decisão sobre todas as matérias que a ele dizem respeito, nomeadamente a participação ativa na construção do seu projeto de vida consoante as suas capacidades e maturidade.

Como nos refere Oliveira (2010), uma intervenção centrada na criança ou jovem como um sujeito ativo é uma orientação que deve ser transversal a todas as dimensões da intervenção. O jovem sente-se parceiro da ação, demonstrando vontade de ser escutado e envolvido nas decisões sobre a sua vida, e promovendo a sua participação como agente da própria mudança. Esta perspetiva relaciona-se com um

processo de *Empowerment*, compreendido como um processo de capacitação dos indivíduos e grupos para fazerem escolhas. Assim, uma intervenção direcionada para a promoção de autonomia e para a auto capacitação assenta num investimento em termos de autoestima e autoconfiança, promovendo a reflexão sobre todas as ações e o envolvimento do jovem em todos os momentos da intervenção.

3. VALORES E SATISFAÇÃO COM A VIDA COMO INFLUÊNCIA NAS PERSPETIVAS FUTURAS DAS CRIANÇAS E JOVENS INSTITUCIONALIZADOS

Qualquer cultura estabelece uma moral válida para todos os membros, assente num conjunto de valores relativos ao bem e ao mal, valores culturais que estão na base do desenvolvimento do indivíduo, transmitidos desde cedo e ao longo da vida pela família, sociedade, instituição, grupo de pares, escola entre outras entidades.

Segundo Gomes (2010), o sentimento de ser amado por alguém, bem como o sentimento de pertença a uma família, de quem se espera afeto, segurança, proteção, são suportes fundamentais na construção da personalidade, permitindo à criança construir a sua identidade. Com a entrada na instituição, em grande parte dos casos, este referencial perde-se e a criança sente que já não desperta afeto incondicional nas pessoas que com ela convivem. Desta forma, torna-se fundamental trabalhar com a criança institucionalizada, de maneira a que ela perceba o seu valor e importância para aqueles que se ocupam dela e também para a família, que deverá manter com ela uma relação afetiva de qualidade.

Refere a mesma autora que, a perceção entre o mundo institucional e a sociedade pode levar a dificuldades de inclusão por parte destes jovens, levando a que se autoexcluam dificultando assim o seu processo de integração social. Desta forma, Gomes (2010) evidencia que o desafio que se coloca a todos, é educar as crianças e jovens, estejam eles no meio familiar, acolhimento familiar ou institucional. Para que tal aconteça, devem promover-se condições para que estas crianças e jovens:

“(...) possam adquirir as atitudes necessárias para participarem na produção social (os saberes), interiorizem os valores que cimentam e pautam a sua atuação futura (moral); e para que possam adquirir normas e valores que promovam as relações interpessoais positivas e mantenham a sua identidade, quer como indivíduos, quer como participantes na sociedade. Assim em qualquer projeto educativo é importante transmitir e fazer reter princípios como: o respeito, os valores, a responsabilidade, o ser capaz, a individualidade, o saber partilhar, a amizade, a autonomia, (...). Os adultos devem estabelecer, de forma clara, firme e carinhosa, limites razoáveis que ajudem a

criança a construir uma imagem do mundo e de si própria. Desta forma, as crianças e jovens aprendem a autonomia, o autocontrolo e a responsabilização.” (pp. 356-357)

Tal como os valores positivos e negativos, a satisfação com a vida pode ser dividida em satisfação com vários domínios da vida, como amor, casamento, amizades, emprego, aparência física, entre outros. Ou seja, a satisfação com a vida pode ser avaliada de uma forma geral, ou atendendo a níveis específicos dependendo da definição de objetivos (Diener et al. 1997, cit in Neves 2011).

Vários estudos foram feitos no que concerne à satisfação com a vida de crianças e jovens. Terry e Huebner (1995, cit in Neves, 2011) verificaram nas suas investigações com crianças do ensino primário que o precedente mais forte para a satisfação com a vida global é o domínio das relações parentais.

Analisando resultados de satisfação com a vida em adolescentes, verifica-se que os adolescentes com valores muito altos de satisfação com a vida manifestam resultados superiores aos adolescentes com valores muito baixos de satisfação com a vida nas variáveis interpessoais (relações parentais, aceitação social), intrapessoais (autoestima, felicidade, afeto positivo) e medidas escolares (sucesso académico, aspirações académicas). Manifestam igualmente menos depressão, afeto negativo e stress social indicando que níveis elevados de satisfação com a vida são benéficos para os adolescentes. (Proctor, Linley e Matby, 2010, cit. in Neves, 2011).

No que se refere à institucionalização, elevados valores de satisfação com a vida podem ser indicadores de que a instituição é vista como fonte de apoio e de satisfação, porém essa satisfação tende a diminuir com a idade (Siqueira e Dell’Aglío, 2006).

Segundo Samuelsson, Thernlund e Ringstrom (1996, cit. in Siqueira e Dell’Aglío, 2006) a rede de apoio social tem uma profunda influência na saúde e no bem-estar do indivíduo. Esta define como o indivíduo percebe o seu mundo social, as estratégias e competências para estabelecer relações, assim como recursos que lhes são dados para enfrentar situações adversas que possam surgir. A ausência de uma rede de apoio social pode produzir sentimentos de solidão e falta de satisfação com a vida. Para as crianças institucionalizadas, a instituição constitui a fonte de apoio social mais próxima e organizada, desempenhando um papel fundamental para o seu desenvolvimento e perspectivas futuras (Siqueira e Dell’Aglío, 2006).

Assim, cabe aos profissionais das instituições, proceder ao desenvolvimento de competências destas crianças e jovens, tornando-se assim uma estratégia preventiva de desajustamento social e um contributo para a formação dos jovens através de

metodologias e técnicas capazes de desenvolver um conjunto de competências sociais e pessoais, preparando-os para melhor corresponderem a enfrentarem as exigências da vida, através de processos que resgatem a sua autoestima e melhorem a sua capacidade de comunicar, conviver, respeitar as diferenças individuais e culturais, de amar e de lutar pela cidadania plena (Oliveira, 2010).

4. PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Segundo o Código Deontológico dos Assistentes Sociais (cit. por Ferreira, 2011), o Serviço Social tem por objetivo promover o bem-estar, autoconhecimento e valorização dos indivíduos, grupos ou comunidades, sempre com o propósito de detetar necessidades humanas e sociais decorrentes da interação indivíduo-sociedade, desenvolvendo recursos que sejam satisfatórios às necessidades individuais e coletivas na prossecução da justiça social. Assim, o serviço social é cada vez mais solicitado tanto pelo setor público como privado para a promoção de mudanças sociais como objetivo de melhorar o bem-estar social, individual e coletivo.

Com o objetivo de promoção e proteção das crianças, o técnico superior de serviço social torna-se um mediador privilegiado entre a organização, utente-família-contexto social, valorizando a relação humana e técnica, a nível pessoal e social. Uma vez que o serviço social presta apoio psicossocial e acompanhamento às crianças e jovens, famílias e comunidade, facilitando a mudança, promovendo a consciencialização e participação ativa dos mesmo através do aconselhamento/acompanhamento, processos de dialogo interativo entre o profissional e o utente, que servem para identificar preocupações, ajudar na tomada de decisão, informar e identificar os recursos disponíveis para fazer face aos problemas, direcionados para o fortalecimento da confiança do utente, para a melhoria das suas relações com a família e com a comunidade e para a melhoria da sua qualidade de vida (Ferreira, 2011).

A prática do serviço social a nível institucional assenta nos ideais humanitários e está centrada na satisfação das necessidades humanas e no desenvolvimento das suas potencialidades. Está relacionado com a mudança individual, na família, na vida em comunidade, nas políticas, nos serviços, nas leis e nos comportamentos sociais e a sua incidência sobre as pessoas, capacitando-as para a tomada de consciência dos seus problemas, promovendo recursos e respostas de forma a satisfazer as suas

necessidades e aspirações individuais e coletivas na promoção da justiça social (Gomes, 2010).

No trabalho com as crianças e jovens institucionalizados cabe ao Assistente Social fomentar e incentivar o relacionamento entre os seus pares e as suas famílias, sempre que tal corresponda aos seus interesses, contribuindo sempre para uma adequada e responsável inter-relação familiar e social. Deve igualmente colaborar na definição, redefinição e concretização atempada dos projetos de vida e apoiar a criança e jovem no seu processo de autonomização (idem).

Segundo a mesma autora, para o bom desempenho das suas funções e tendo sempre como principal objetivo o superior interesse da criança, é importante o trabalho em equipa na análise dos casos, do diagnóstico e do prognóstico da evolução sociofamiliar, bem como o apoio ao desenvolvimento integral da criança e jovem, contribuindo para uma avaliação de resultados e uma intervenção com objetivos bem definidos, de forma a proporcionar um desenvolvimento equilibrado.

O trabalho em parceria com a rede familiar e social de forma a identificar dificuldades e potencialidades sociofamiliares, é também crucial no processo de intervenção, pois permite em articulação com outros interventores, a definição de ações a desenvolver tendo em conta o projeto de vida, envolvendo sempre as famílias e as crianças e jovens na participação do mesmo e conseqüentemente na sua evolução (Gomes, 2010).

II. INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

1. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO EMPÍRICO

O estudo que se segue surge no seguimento da revisão da literatura realizada anteriormente, sobre as perspetivas presentes e futuras das crianças e jovens institucionalizados. Desta forma, pretendeu-se fazer um estudo comparativo entre crianças/jovens institucionalizados e crianças/jovens não-institucionalizados, para se perceber quais as diferenças existentes entre eles no que diz respeito aos valores, perspetivas futuras e satisfação com a vida. Pretende-se com esta comparação, compreender até que ponto a medida de acolhimento em instituição está relacionada, de alguma forma com os resultados obtidos.

1.1. Apresentação dos Objetivos

1.1.1. Objetivo Geral

Compreender qual a relação existente entre os valores e a satisfação com a vida nas perspetivas futuras das crianças e jovens institucionalizados, comparativamente a crianças e jovens que estão no seio familiar.

1.1.2. Objetivos Específicos

- Perceber de que forma a experiência da institucionalização contribui para a construção psicossocial das crianças e jovens;
- Compreender de que forma os modelos representacionais das crianças e jovens institucionalizados interferem nos valores dos mesmos e na satisfação com a vida; e,
- Analisar se há diferenças entre os resultados obtidos com os jovens institucionalizados e os que não estão.

1.2. Cronograma

Para uma melhor orientação e organização na realização das atividades foram propostos dois cronogramas O primeiro cronograma (Anexo 4, p.43), tem como finalidade apresentar os passos realizados até à finalização da redação deste projeto

de investigação. O segundo cronograma (Anexo 5, p.44), apresenta, uma proposta das etapas para a aplicação no futuro do presente projeto de investigação.

1.3. Metodologia

1.3.1. Tipo de estudo

O estudo que se segue é uma investigação quantitativa de cariz exploratório, na medida em que do ponto de vista conceptual centra-se na análise de fenómenos observáveis e na avaliação de variáveis comportamentais e/ou socio-afetivas passíveis de serem medidas, comparadas e/ou relacionadas no decurso do processo da investigação empírica. Do ponto de vista metodológico, baseia-se num modelo de hipotético-dedutivo, partindo o investigador do princípio de que os problemas sociais têm soluções objetivas e que estas podem estabelecer-se mediante a utilização de estudos científicos (Coutinho, 2011).

Desta forma, o estudo que se segue tem como variáveis de estudo, as variáveis biográficas, onde consta a caracterização da amostra em estudo. Seguidamente contamos com as variáveis de conteúdo, estando estas divididas em três categorias, que são as seguintes: Caracterização de Valores; Perspetivas Futuras e Satisfação com a Vida.

1.3.2. População Alvo e Amostra

A população deste estudo diz respeito a jovens institucionalizadas de um LIJ da zona Norte/Centro do país jovens não institucionalizados de uma escola situada na região centro do país pertencente à Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT).

Assim, uma vez que se pretende que esta investigação seja um estudo comparativo, podemos caracterizar a amostra utilizada com sendo uma amostra por contraste-aprofundado, uma vez que se quer estabelecer uma comparação entre duas situações diferenciadas (Guerra, 2006). Desta forma a amostra é constituída por 10 jovens institucionalizados e não institucionalizados com idades compreendidas entre os 12 e os 19anos.

1.3.3. Instrumentos

Foram utilizados para este estudo, dois instrumentos de recolha de dados: o questionário de Valores e Perspetivas Futuras e a Escala de Satisfação com a Vida.

O questionário de valores e perspectivas futuras, de nossa autoria (cf. Anexo 1), tem por objetivo analisar e perceber o conhecimento e aquisição de valores os jovens inquiridos, bem como compreender que perspectivas futuras fruem, bem como de que forma o passado pode ou não influenciar as mesmas.

Quanto à escala de satisfação com a vida (cf. Anexo 2), é uma escala de autorresposta, que pretende avaliar a satisfação com a vida no geral. Corresponde à adaptação portuguesa de Student's Life Satisfaction Scale (Huebner, 1991a) composta por 7 itens de tipo declarativo e forma afirmativa, onde a sua caracterização deve ser feita utilizando uma escala com 6 hipóteses de escolha. Esta escala inicia-se com "Discordo Totalmente; seguindo-se de "Discordo Moderadamente", "Discordo pouco", "Concordo pouco", "Concordo Moderadamente" e por fim "Concordo Totalmente" (Neves, 2011).

2. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

2.1. Apresentação e análise dos resultados – Questionário de Valores e Perspetivas Futuras

2.1.1. Caracterização das amostras em estudo

As variáveis biográficas estudadas foram as seguintes: idade, género, habilitações literárias, tempo de instituição, e a prevalência em outras instituições. Com tal estudo, foi-nos possível um melhor conhecimento da população alvo, aos seus vários níveis, permitindo-nos uma análise mais precisa sobre as crianças e jovens institucionalizadas e não institucionalizadas.

Nas tabelas seguintes, estão apresentadas as distribuições das crianças e jovens não institucionalizados e institucionalizados por género.

Tabela 1. Distribuição dos inquiridos por Género

Tabela 1.a) Não-institucionalizados			Tabela 1.b) Institucionalizados		
Género	N	%	Género	N	%
Feminino	5	50%	Feminino	10	100%
Masculino	5	50%	Masculino	0	0%
Total	10	100%	Total	10	100%

A amostra é constituída por 10 crianças e jovens em ambos os grupos de análise. No que diz respeito às crianças e jovens não institucionalizados

representados na tabela 1.a) temos uma percentagem equilibrada de 50% do sexo feminino e 50% do sexo masculino. Quanto às crianças e jovens institucionalizados representados na tabela 1.a), uma vez que a instituição em análise acolhe apenas crianças e jovens do sexo feminino, temos então 100% do sexo feminino.

Nas tabelas que se seguem os inquiridos são distribuídos por escalões etários, tendo a distância entre os vários intervalos sido feita através duma contagem de 2 em 2, para assim termos uma percepção mais clara das diferentes idades predominantes nas diferentes amostras.

Tabela 2. Distribuição dos inquiridos por idade

Tabela 2.a) Não-institucionalizados			Tabela 2.b) Institucionalizados		
Idade	N	%	Idade	N	%
[12,15]	3	30%	[12,15]	2	20%
[16,19[7	70%	[16,19[8	80%
Total	10	100%	Total	10	100%

Relativamente à idade dos inquiridos, a maioria das amostras encontra-se situada no intervalo etário que vai dos 16 aos 19 anos, tendo valores de 70% nas crianças e jovens não institucionalizados e de 80% nas crianças e jovens institucionalizados. Enquanto no intervalo etário dos 12 aos 15 anos de idade, temos 30% nos inquiridos não institucionalizados e 20% nos inquiridos institucionalizados.

Quanto à tabela seguinte, esta diz respeito ao grau de escolaridade das crianças e jovens inquiridas, para nos ser possível ter a noção dos níveis de instrução existente entre elas.

Tabela 3. Distribuição dos inquiridos por habilitações literárias

Tabela 3.a) Não-institucionalizados			Tabela 3b) Institucionalizados		
Habilitações	N	%	Habilitações	N	%
1º Ciclo	0	0%	1º Ciclo	0	0%
2º Ciclo	3	30%	2ºCiclo	1	10%
3º Ciclo	7	70%	3ºCiclo	6	60%
Secundário	0	0%	Secundário	4	40%
Total	10	100%	Total	10	100%

As habilitações literárias, dos inquiridos estão na sua maioria equilibradas relativamente as idades dos mesmos, tendo uma percentagem de 70% nas crianças não institucionalizadas e uma percentagem de 60% das crianças institucionalizadas o

3ºclico de escolaridade. Verificamos nas crianças institucionalizadas uma percentagem de 40% das mesmas dentro do ensino secundário. As percentagens mais baixas refletem-se no 2ºciclo, onde estão presentes 30% das crianças não institucionalizadas e 10% das crianças institucionalizadas.

As tabelas que se seguem apenas dizem respeito as crianças institucionalizadas, uma vez que referem ao tempo de institucionalização e a passagem por outras instituições.

Tabela 4. Distribuição dos inquiridos pelo tempo de institucionalização

Tempo de instituição	N	%
[1ano,3anos]	6	60%
[4anos,6anos [4	40%
Total	10	100%

Relativamente ao tempo de institucionalização, verificamos que a percentagem mais elevada está no intervalo de 1 a 3 anos com uma percentagem de 60% dos inquiridos, enquanto que no intervalo de 4 a 6 anos temos uma percentagem de 40%. Apesar da diferença de valores, esta não é muito acentuada, tendo uma diferença de 10% entre elas.

Tabela 5. Distribuição dos inquiridos pela passagem por outras instituições

Já tiveste noutras instituições?	N	%
Sim	3	30%
Não	7	70%
Total	10	100%

Quanto à passagem por outras instituições, verificamos que 70% das crianças e jovens inquiridos na instituição estudada não esteve noutra instituição, enquanto que 30% das mesmas já passou por outras instituições. Desta forma, é visível que na sua maioria, os inquiridos não conhecem outra realidade institucional a não ser a que vivem.

2.1.2. Variáveis de Conteúdo

Nas variáveis de conteúdo, fizemos uma análise mais perspicaz da população inquirida, para assim irmos ao encontro dos objetivos delineados na investigação. Estas variáveis estão divididas em tais grupos, onde o primeiro se refere à

caracterização de valores e o segundo diz respeito às perspectivas futuras, o terceiro diz é a satisfação com a vida.

Desta forma, na caracterização de valores, temos por objetivo observar os valores que as crianças e jovens institucionalizados e não institucionalizados têm presentes nas suas vidas, e que influência a família, a instituição, a escola e os amigos podem ter para os mesmos. Tentamos perceber também o que é que para eles é importante ter na vida, e também no que pensam em relação as consequências das suas decisões.

Relativamente às perspectivas futuras, pretendemos compreender que perspectivas as crianças e jovens inquiridos têm sobre o seu futuro, e de que forma o passado pode ou não ter influência sobre o mesmo.

Por ultimo, no que respeita à satisfação com a vida, temos como objetivo, perceber de que forma as crianças e jovens inquiridas veem as suas vidas e até que ponto estão ou não satisfeitas face ao que têm e ao que são.

2.1.2.1. Caracterização de Valores

Na primeira tabela deste grupo analisamos os valores que a população inquirida tem presentes na vida. Na segunda tabela verificamos o grau de influência que a família, a instituição, a escola e os amigos têm nos valores que as crianças e jovens têm hoje. Seguidamente é feita referência ao que é mais importante ter na vida dos inquiridos, mostrando assim o grau de importância para eles. A quarta tabela diz respeito ao que para os inquiridos é mais importante ser para as suas vidas. A última tabela da caracterização dos valores diz respeito á tomada de decisão. Pretende-se analisar qual a prioridade dada pelos inquiridos antes da tomada de decisão sobre algo.

Tabela 1.Distribuição dos inquiridos relativamente aos valores em que acreditam profundamente

Tabela 1.a) Não Institucionalizados			Tabela 1.b) Institucionalizados		
Valores em que acredita profundamente	N	%	Valores em que acredita profundamente	N	%
Ajuda	1	10%	Ajuda	3	30%
Ter Trabalho	3	30%	Ter Trabalho	3	30%
Verdade/honestidade	4	40%	Verdade/honestidade	3	30%
Igualdade	3	30%	Igualdade	0	0%
Gratidão		0%	Gratidão	1	10%
Honra	1	10%	Honra	3	30%

Liberdade	1	10%	Liberdade	8	80%
Autoridade		0%	Autoridade	0	0%
Ser Honesto	5	50%	Ser Honesto	1	10%
Ser humilde	5	50%	Ser humilde	0	0%
Justiça	1	10%	Justiça	3	30%
Responsabilidade		0%	Responsabilidade	4	40%
Autonomia	1	10%	Autonomia	0	0%
Respeito	5	50%	Respeito	4	40%
Total	30	300%	Total	33	330%

Podemos observar que existem algumas diferenças entre os valores em que acreditam as crianças e jovens não institucionalizados relativamente aos valores em que acreditam as crianças e jovens institucionalizados. Nas crianças e jovens institucionalizados os valores com a percentagem mais elevada são a Liberdade com 80% e o respeito e responsabilidade com 40%. Já nas crianças e jovens não institucionalizados, há uma igualdade de percentagens em valores como a honestidade, a humildade e o respeito com 50% em cada um deles. O trabalho é um dos valores que se destaca nos dois grupos, uma vez que ambos têm a mesma percentagem de 30%. Um outro valor que também importa falar é o de Igualde, uma vez que nas crianças institucionalizadas não se verifica nenhuma percentagem, enquanto que nas crianças não institucionalizadas temos 30% das escolhas.

Tabela 2. Distribuição dos inquiridos pelo grau de influência das entidades apresentadas

Tabela 2.a) Não institucionalizados

	Muita Influência	%	Nenhuma Influência	%	Não se aplica	%
Família	10	100%	0	0%	0	0%
Instituição	0	0%	0	0%	10	100%
Escola	6	60%	4	40%	0	0%
Amigos	10	100%	0	0%	0	0%

Tabela 2.b) Institucionalizados

	Muita Influência	%	Nenhuma Influência	%	Não se aplica	%
Família	7	70%	3	30%	0	0%
Instituição	8	80%	2	20%	0	0%
Escola	5	50%	3	30%	2	20%
Amigos	10	100%	0	0%	0	0%

No que diz respeito à influência que a família, a instituição, a escola e os amigos têm nos valores presentes dos inquiridos, é de notar a discrepância existente em algumas das escolhas nos diferentes grupos. Temos o exemplo da família, onde

se verifica uma percentagem de 100% nas crianças e jovens não institucionalizados, comparativamente com a percentagem de 70% nas crianças e jovens institucionalizados. Os amigos em ambos os grupos são um fator de grande influência uma vez que tanto as crianças/jovens institucionalizados como as não institucionalizadas têm uma percentagem de 100%. Quanto à escola, nota-se uma semelhança em ambos os grupos, tendo apenas uma diferença de 10% nas escolhas.

É de referir que nas crianças institucionalizadas (Tabela 2.b)), quanto à influência da instituição nos valores das mesmas, não existe um consenso nas escolhas uma vez que não temos a totalidade as escolhas na instituição mas sim 80%, enquanto que 20% refere não ter nenhuma influência nos valores que têm hoje.

Tabela 3. Distribuição dos inquiridos pelo que é mais importante ter nas vidas

Tabela 3.a) Não-Institucionalizados

	Muito importante	%	Pouco importante	%	Nada importante	%	Não se Aplica	%
Ter fama	4	40%	3	30%	3	30%		
Ter amigos	10	100%	0	0%	0	0%		
Ter reconhecimento social	4	40%	5	50%	1	10%		
Ter emprego	10	100%	0	0%	0	0%		
Ter uma família	10	100%	0	0%	0	0%		

Tabela 3.b) Institucionalizados

	Muito importante	%	Pouco importante	%	Nada importante	%	Não se Aplica	%
Ter fama			3	30%	6	60%		
Ter amigos	8	80%	2	20%				
Ter reconhecimento social	4	40%	3	30%	2	20%		
Ter emprego	9	90%						
Ter uma família	7	70%	1	10%	1	10%		

No que respeita ao que é mais importante ter a vida das crianças e jovens inquiridos, assiste-se a algumas discrepâncias de valores entre os dois grupos, destaca-se o “Ter família”, uma vez que nas crianças não institucionalizadas este é um dos pontos fundamentais para as suas vidas apresentando uma percentagem de 100%, enquanto que para as crianças e jovens institucionalizados já não é assim tão importante, uma vez que apresenta uma percentagem de 70%. Quanto aos restantes pontos, podemos também referir que o “Ter fama” para as crianças/jovens institucionalizados é pouco ou nada importante para as suas vidas, já para as crianças/jovens não institucionalizados as opiniões dividem-se. Quanto aos restantes pontos de importância as respostas, são todas muito semelhantes.

Tabela 4. Distribuição dos inquiridos, por o que é mais importante ser nas suas vidas

Tabela 4.a) Não Institucionalizados			Tabela 4.b) Institucionalizados		
	N	%		N	%
Ser Amado	3	30%	Ser Amado	4	40%
Ser Tratado de forma justa	4	40%	Ser Tratado de forma justa	0	0%
Ser Autónomo/a	3	30%	Ser Autónomo/a	7	70%
Total	10	100%	Total	10	100%

É notável a diferença de valores entre as crianças e jovens não institucionalizados e as crianças e jovens institucionalizados no que concerne ao que para eles é mais importante para as suas vidas. Enquanto que para as crianças/jovens institucionalizados é “Ser Autónomo/a” com uma percentagem de 70%. Para as crianças/jovens não institucionalizados as opiniões dividem-se entre as opções dadas, tendo maior incidência no “Ser tratado de forma justa” com uma percentagem de 40%.

Tabela 5. Distribuição dos inquiridos pelas prioridades dadas antes da tomada de decisão

Tabela 5.a) Não-Institucionalizados

	N	%
Consequências para comigo próprio	5	50%
Consequências para com as outras pessoas	2	20%
Respeito pelas regras	1	10%
Em nada	2	20%
Total	10	100%

Tabela 5.b) Institucionalizados

	N	%
Consequências para comigo próprio	5	50%
Consequências para com as outras pessoas	2	20%
Respeito pelas regras	3	30%
Em nada	0	0%
Total	10	100%

No que respeita às prioridades dadas antes da tomada de decisão, é notável a semelhança entre os diferentes grupos, metade de cada grupo assinala como sendo prioridade as “Consequências para comigo próprio” com 50% das respostas. Os restantes dividem-se entre as “Consequências para com as outras pessoas” e “Respeito pelas Regras”. Contudo, assiste-se nas crianças não institucionalizadas a uma percentagem de 20% na opção “De Nada” como resposta.

2.1.2.2. Perspetivas Futuras

Quanto às perspetivas futuras, pretendeu-se perceber quais as hipóteses para ambos os grupos de se realizarem na vida, e que influência poderá ter o passado no futuro dos mesmos.

Assim, a primeira tabela desta categoria tem por objetivo perceber quais as hipóteses para os inquiridos de se realizarem na vida. A segunda tabela diz respeito ao grau de influência do passado dado pelos inquiridos nas perspetivas futuras de ambos.

Tabela 1. Distribuição dos inquiridos pelas hipóteses de se realizarem na vida

Tabela 1.a) Não-Institucionalizados			Tabela 1.b) Institucionalizados		
Hipóteses	N	%	Hipóteses	N	%
Grandes	8	80%	Grandes	2	20%
Moderadas	2	20%	Moderadas	6	60%
Pequenas	0	0%	Pequenas	2	20%
Inexistentes	0	0%	Inexistentes		
Total	10	100%	Total	10	100%

Na análise das hipóteses de se realizarem no futuro é de salientar os valores apresentados pelas crianças e jovens não institucionalizados, pela escolha de “Grandes” as hipóteses de se realizarem com 80% das escolhas. Quanto às crianças institucionalizadas a opção mais escolhida está nas hipóteses “Moderadas” com uma percentagem de 60%.

Tabela 2. Distribuição dos inquiridos pelo grau de influência do passado no futuro dos mesmos

Tabela 2.a) Não Institucionalizados			Tabela 2.B) Institucionalizados		
	N	%		N	%
Nenhuma Influencia	3	30%	Nenhuma Influencia	3	30%
Alguma Influencia	6	60%	Alguma Influencia	7	70%
Muita Influencia	1	10%	Muita Influencia	0	0%
Total	10	100%	Total	10	100%

Quanto à influência do passado nas vidas futuras dos inquiridos, apesar das diferenças de valores entre as crianças institucionalizadas e não institucionalizadas, 70% nas primeiras e 60%, podemos constatar que existe “Alguma Influencia” do passado nas perspetivas futuras dos mesmos.

2.1.2.3. Satisfação com a vida

A escala utilizada é uma escala de autorresposta, que pretende avaliar a satisfação com a vida no geral das crianças e jovens institucionalizados e não institucionalizados. Corresponde à adaptação portuguesa de Student's Life Satisfaction Scale (Huebner, 1991a) composta por 7 itens de tipo declarativo e forma afirmativa, onde a sua caracterização deve ser feita utilizando uma escala com 6 hipóteses de escolha.

Fizemos uma análise comparativa entre as respostas das crianças e jovens institucionalizados e não institucionalizados, para que posteriormente se tornasse possível tirar conclusões mais credíveis. Desta força os resultados obtidos foram os seguintes.

Gráfico 1. Distribuição dos inquiridos pelas opiniões que têm em relação a satisfação com a vida

Gráfico 1.a) Não Institucionalizados

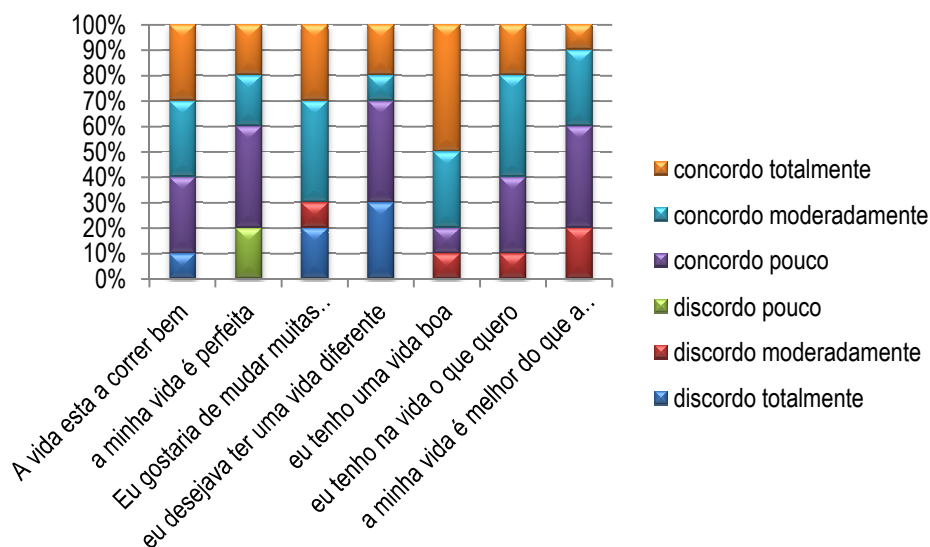
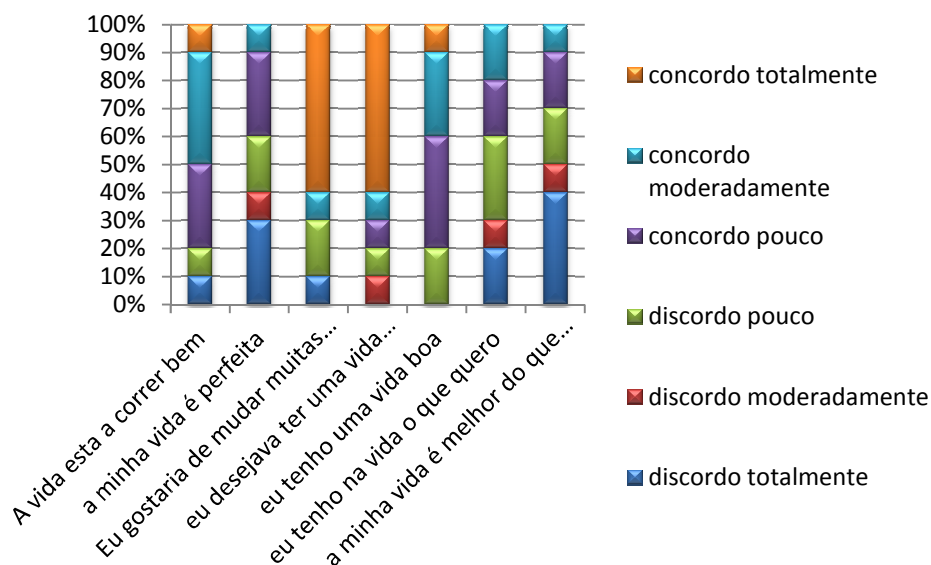


Gráfico 1.b) Institucionalizados



Após a análise dos resultados obtidos, podemos concluir que existem grandes diferenças entre as escolhas das crianças e jovens institucionalizados e dos não institucionalizados.

Observamos que nas duas primeiras questões as opiniões das crianças/jovens institucionalizados dividem-se entre as opções “concordo pouco” e “concordo moderadamente” tendo a primeira uma percentagem mais elevada que a segunda. Já os não institucionalizados as escolhas estão entre as opções “concordo moderadamente” e “concordo totalmente”. Na terceira e quarta questões reparamos que enquanto as crianças/jovens não institucionalizados optam pela escolha das opções “concordo pouco” e “concordo moderadamente”, as institucionalizadas escolhem como opção principal o “concordo Totalmente”

Nas três últimas questões, observamos mais uma vez as discrepâncias existentes nas escolhas dos diferentes grupos. O primeiro grupo tem como principais opções escolhidas o “concordo pouco”, “concordo moderadamente” e “concordo totalmente”. Por outro lado o segundo grupo, escolhe como principais alternativas de escolha o “discordo totalmente”, discordo moderadamente”, discordo pouco” e concordo pouco”.

2.2. Discussão de Resultados

Investigação empírica pode ser considerada como uma viagem, isto é “uma viagem de ida e volta na medida em que começa no “País Teórico”, chega ao “País Prático” e termina mais uma vez no “País Teórico” (Hill, 2005:21).

Assim sendo, após a apresentação teórica da temática analisada, partiu-se para a parte empírica, onde foi feita a análise dos resultados obtidos através de dois instrumentos de recolha de dados: o questionário sobre os valores e perspetivas futuras (anexo 1.) e a escala de satisfação com a vida (anexo 2.), feitos a crianças e jovens não institucionalizados de uma escola situada na região centro do país, pertencente à DRELV, e a crianças e jovens institucionalizados de um LIJ situado no distrito de Viseu, para assim ir ao encontro dos objetivos delineados no início da investigação.

Posto isto, a realização do questionário teve como objetivo analisar e compreender os valores presentes na vida das crianças e jovens institucionalizados e não institucionalizados, bem como as perspetivas futuras que estes têm em relação às suas vidas. A escala utilizada pretendeu dar a conhecer o nível de satisfação com a vida dos inquiridos, para se tornar possível fazer um estudo comparativo entre os diferentes grupos em análise.

Foi visível ao longo da aplicação dos questionários, a semelhança de ambos os grupos no que respeita às idades e habilitações literárias, estando na sua maioria equilibradas relativamente à faixa etária dos mesmos. Esta situação leva-nos a considerar que existe uma passagem de valores bastante assertivos em relação à educação nas crianças e jovens institucionalizados por parte dos técnicos e de toda a equipa da instituição, fazendo os possíveis para que estas crianças e jovens se sintam integrados tanto na instituição como na sociedade.

Relativamente à caracterização de valores, podemos constatar que existem algumas discrepâncias entre os valores em que as crianças e jovens não institucionalizados acreditam face aos institucionalizados, uma vez que os primeiros destacam como prioridade nas suas escolhas a “Liberdade”, o “Respeito” e a “Responsabilidade”. Por sua vez, as crianças e jovens institucionalizados têm como valores fundamentais a “Honestidade”, a “Humildade” e o “Respeito”. Tal situação leva-nos a concluir que estas crianças e jovens, em situações adversas da vida, tiveram por consequência o seu acolhimento em instituição, adquirem valores sociais direcionados para a vivência em comunidade, uma vez que provavelmente nas suas

vidas passadas nunca os tiveram presentes, ou nunca os viram refletidos no meio onde viveram. Ou seja, os modelos representacionais destas crianças e jovens interferem ou interferiam na construção dos seus valores.

No seguimento desta questão surge a influência que os vários agentes de socialização têm sobre os valores das crianças e jovens institucionalizados e não institucionalizados. Assim podemos verificar que a família tem grande influência para as crianças e jovens não institucionalizados, já o mesmo não acontece nas crianças e jovens institucionalizados que, veem a instituição como grande influência na aquisição de valores morais e sociais. Posto isto, podemos constatar que as crianças e jovens institucionalizados tendem, segundo a análise de resultados obtida, a distanciarem-se dos valores transmitidos pela família natural, vendo como referência a instituição. Os “Amigos” têm igualmente, segundo os inquiridos, grande influência nos valores morais e sociais de ambos os grupos. Ou seja, o grupo de pares, nas idades aqui estudadas, torna-se o principal agente de socialização nas suas vidas, pela partilha de experiências, opiniões e perspetivas presentes e futuras.

No decorrer do questionário, pretendeu-se compreender o que ambos os grupos acham ser mais importante nas suas vidas. Tais questões mostraram-nos que as crianças e jovens institucionalizados e não institucionalizados, apesar de não apresentarem grandes diferenças de escolha nas opções da tabela 3, destacam-se as discordâncias existentes nas escolhas da tabela 4, onde as crianças e jovens institucionalizados dão grande importância à autonomia nas suas vidas. Tal situação leva-nos a concluir que, a experiência vivida em instituição contribui bastante para a construção psicossocial das crianças e jovens, uma vez que, como nos diz Newcomb (1990, cit. in Siqueira, A e Dell’aglio, D. 2006), para as crianças e jovens que não vivem num meio familiar, o mundo social expande-se ainda mais no momento em que estes deixam o núcleo familiar, e inserem-se num novo núcleo, o de técnicos, equipas, crianças e adolescentes com os quais convivem na instituição. Tudo isto leva, no nosso entender a que estas crianças sintam necessidade de se tornarem autónomas e dependentes, uma vez que a **vivência** em comunidade obriga a que seja necessário adquirir competências pessoais para que se tornem capazes de enfrentarem exigências da vida (Oliveira, 2010).

Por último, no que concerne às prioridades dadas antes da tomada de decisão pelos inquiridos, não se assistiu a grandes diferenças entre as crianças/jovens institucionalizados e não institucionalizados. Desta forma, é visível que ambos os grupos têm como prioridade principal as consequências para consigo próprios.

Provavelmente, tal verificou-se, pela semelhança de idades e dos objetivos a curto prazo.

Quanto à análise das Perspetivas Futuras, foram notórias as diferenças de resultados entre os grupos inquiridos. Visto que, as crianças e jovens não institucionalizados, preveem grandes hipóteses de se realizarem na vida, ao contrário das crianças e jovens institucionalizados, que consideram ser moderadas as hipóteses de se realizarem na vida. Posto isto, tal situação leva-nos a refletir que estes resultados se devam, talvez, ao fato de o primeiro grupo, ao viver no seio familiar, veja a vida e as suas perspetivas para futuro de forma mais facilitada (sonhadora) e possível de ser realizadas. Enquanto que, as crianças e jovens institucionalizados, talvez por estarem numa situação provisória, os leve a ter uma certa precaução em relação ao seu futuro, e a não ter certezas quanto à realização dos seus objetivos, visto que as suas vidas são instáveis, uma vez que ainda têm presente as suas vivências passadas, considerando ter as mesmas, alguma influência para o seu futuro (como nos é possível observar na tabela 2.b)).

No final do questionário dos valores e perspetivas futuras, foi feita uma pergunta aberta com o intuito de saber o que as crianças e jovens inquiridas esperam do futuro. Tornou-se visível a diferença de respostas entre as crianças e jovens institucionalizados e os não institucionalizados, enquanto o último grupo não respondeu, no meu entender, com credibilidade e com seriedade à questão, o primeiro grupo teve uma visão mais adulta, tentando dar uma resposta mais realista e ponderada. Mais uma vez, foi possível observar a diferença de ideais e valores presentes entre as crianças e jovens institucionalizados, mais cautelosas, e os não institucionalizados, mais sonhadoras e pouco coerentes no que respeita à realidade da vida. No entanto, a postura das crianças e jovens não institucionalizados face ao futuro, seja mesmo a que demonstraram, uma vez que a sua situação de vida seja mais facilitada, tendo assim motivos para acreditarem na realização dos seus objetivos e sonhos.

No seguimento deste estudo exploratório, foi também aplicada, junto da população inquirida, uma escala com vista a perceber a satisfação com a vida das crianças e jovens institucionalizados e os não institucionalizados, para conseguirmos, constatar, ou não, as diferenças ou semelhanças existentes entre ambos. Com o decorrer da análise da escala, foi-nos possível observar as grandes discrepâncias entre os grupos.

É evidente, no nosso entender, a pouca satisfação com a vida por parte das crianças e jovens institucionalizados, e a vontade de desejarem mudar de vida. Levamos a deduzir a grande influência e consequências das suas experiências passadas nas suas perspetivas presentes e futuras. Como nos refere Bowlby (1990), quando uma criança cresce fora do seu meio familiar, leva a que a sua base de segurança desapareça, prejudicando as suas relações com os outros, consigo próprio e com o seu desenvolvimento enquanto indivíduo social. Assim, e segundo o que nos diz Gomes (2010), a instituição deve criar condições de desenvolvimento e de realização pessoal, por forma a superar os contextos desfavoráveis e das condições pessoais fragilizadas da criança e jovem.

Em suma, constatamos que, os valores que as crianças e jovens institucionalizados veem como fundamentais, têm grande influência na sua satisfação com a vida e nas suas perspetivas futuras, uma vez que estas, mostraram-se bastante cautelosas e realistas nas respostas que deram, preocupadas com o futuro, mas com objetivos bem definidos. Já as crianças e jovens que vivem em meio familiar, revelaram uma certa imaturidade em algumas respostas não sendo coerentes, o que nos leva a concluir que, os valores que estes dizem ter como fundamentais pouco ou nada influenciam a sua vida.

Foi gratificante, perceber que, crescer num ambiente institucional tem cada vez mais consequências positivas que negativas, e que as crianças e jovens que nele vivem, desenvolvem capacidades e valores que lhes permitem, ter objetivos e expectativas para o seu futuro.

3. PROPOSTA DE PROJETO DE INVESTIGAÇÃO

Apos a realização da investigação empírica foi notória a importância do desenvolvimento deste estudo de forma mais abrangente e aprofundado. Numa perspetiva futura de estudo, poderá também ser pertinente incluir como objetivo a autonomia pode ou não influenciar nas perspetivas futuras. Assim propomos um projeto de investigação que siga os passos já iniciados no estudo exploratório aqui desenvolvido, usando assim os mesmos instrumentos de recolha de dados, acrescentando uma amostra mais alargada, e propor hipóteses iniciais do trabalho, isto é, uma previsão de um fenómeno que está expresso no problema a investigar, no entanto que diz respeito tipo de estudo quantitativo, o modelo de hipóteses é

hipotético-dedutivo uma vez que ter por base a teoria antes estudada (Coutinho, 2011). Assim com base neste estudo exploratório, as hipóteses podem ser:

- Hipótese 1 - Os modelos representacionais nas crianças e jovens institucionalizados interferem nos valores e na satisfação com a vida dos mesmos.
- Hipótese 4 - Existe grande influência da autonomia sentida pelas crianças e jovens nas perspectivas futuras das mesmas.
- Hipótese 5 – Existem grandes diferenças entre os resultados obtidos nas crianças e jovens institucionalizados e não institucionalizados, no que respeita aos valores, perspectivas futuras e satisfação com a vida

Desta forma, será possível ter conclusões mais abrangentes sobre esta temática, podendo contribuir este estudo, para o aperfeiçoamento do funcionamento institucional, no que diz respeito às perspectivas presentes e futuras das crianças e jovens em risco, bem como na sua satisfação com a vida.

CONCLUSÃO

Depois de feita a revisão da literatura podemos tirar diversas conclusões pautáveis à nossa realidade, contribuindo de forma ativa, enquanto elementos pertencentes à sociedade, permitindo uma atitude reflexiva sobre esta, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e preocupada com a criança de hoje que é o futuro de amanhã.

Reis (2009) elucida para a importância do reconhecimento na sociedade que a criança é digna de direitos, ou seja, merecedora de crescer numa família que a proteja e que lhe proporcione um desenvolvimento saudável a todos os níveis. Quando tal situação não se verifica, é numa abordagem integrada dos direitos da criança que surge a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), onde está consagrado no artº 3º que a intervenção tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto comprometem a sua saúde, o seu desenvolvimento e educação, ou não sejam capazes de os proteger face aos perigos colocados por terceiros, ou pelas próprias crianças ou jovens, afastando esse perigo. Neste sentido, o Estado tem o dever de proteger as crianças e jovens nestas situações (Ramião, 2010).

Neste âmbito, o acolhimento é uma medida de promoção e proteção consagrada na LPCJP³, medida essa específica para menores que se encontrem em perigo, e só pode ser aplicada quando se tornem inviáveis as restantes medidas de promoção e proteção existentes na mesma lei⁴.

De acordo com Ferreira (2011), os objetivos do acolhimento passam por, proporcionar um acolhimento que tenha em conta a situação atual da criança ou jovem, isto é, condições de saúde física, psíquica, sociofamiliar e jurídica; realizar o diagnóstico das situações concretas de cada criança ou jovem, tendo em vista a caracterização sociofamiliar, sempre em articulação com as instituições e serviços locais; proporcionar o apoio educativo adequado a cada criança ou jovem; desenvolver uma intervenção junto da família e da comunidade; preparar uma intervenção adequada e o encaminhamento mais adequado através da definição de um projeto de vida, onde a criança ou jovem é sujeito ativo no seu desenvolvimento.

Assim, apos a realização e análise do estudo empírico, que teve como objetivo comparar as realidades das crianças e jovens institucionalizados e não

³ Lei nº147/99, de 1 de setembro - no artº 35 alinha f)

⁴ As restantes medidas consagradas no artº 35º da LPCJP são: apoio junto dos pais; apoio junto de outro familiar; confiança à pessoa idónea e acolhimento familiar (alterado pela Lei nº31/2003, de 22 de agosto)

institucionalizados, foi-nos possível observar grandes diferenças no que respeita a valores, perspetivas futuras e satisfação com a vida. Tal situação leva-nos a concluir que, apesar do difícil que é o afastamento da família e a integração no meio institucional, para as crianças e jovens em risco, a instituição constitui a fonte de apoio social mais próxima e organizada, desempenhando um papel fundamental para o seu desenvolvimento e perspetivas futuras.

Posto isto, e como nos refere Gomes (2010), os jovens precisam de espaços diferentes que influenciem e contribuam para o seu pleno desenvolvimento e capacitação. Assim, segundo a mesma autora, o sistema de acolhimento, enquanto alternativa ao sistema familiar, tem por obrigatoriedade, garantir melhores condições de vida, e oportunidades de desenvolvimento para as crianças e jovens que acolhe e protege, através de uma intervenção, direcionada para a criação de projetos de vida capazes de desenvolver a autonomia de uma forma progressiva e sustentada. Pois, segundo Oliveira (2010), uma intervenção centrada na criança ou jovem como sujeito ativo, faz com que o mesmo se sinta parceiro e parte integrante da ação, ou seja, uma intervenção direcionada para a autonomia e para a auto capacitação, permite o desenvolvimento e crescimento da autoestima e autoconfiança da criança ou jovem envolvido.

Em suma, a criança ou jovem ao reconhecer-se como agente de mudança e responsável pelo seu caminho, permite que desenvolva nele a cultura do esforço para a obtenção do sucesso (Gomes,2010).

BIBLIOGRAFIA

- Alberto, I. (2002). *Como pássaros em gaiolas. Reflexões em torno da Institucionalização de menores em risco*. In Machado, C & Gonçalves, R.A. (tds), *Violência e vítimas de crime* (vol. 2, pp. 227-237). Coimbra: Quarteto.
- Alexandre, D. & Vieira, M. (2004). *Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo*. *Psicologia em estudo*, 9(2), 207-217.
- Bowlby, J. (1990). *Apego – A natureza do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Camacho, I & Matos, M. (2006). *Práticas parentais, escola e consumo de substâncias em jovens*. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 7(2), 317-327.
- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Edições Almedina, S.A..
- Dell'Agilo, D. & Hute, C. (2004). *Depressão e desempenho escolar em crianças e adolescentes institucionalizados*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17 (3), 341-350.
- Dias, M. (2008). *Manual de Sugestões Para Estudantes: estudar e fazer Trabalhos académicos com método*. Viseu: Psicosoma.
- Ferreira, J. (2011). *Serviço Social e Modelos de Bem-Estar na infância*. Lisboa: QuidJuris.
- Fonseca, H. (2005). *Compreender os adolescentes – Um desafio para pais e educadores*. Barcelona: Editorial Presença.
- Fonte, A. & Cassab, L. (2007). *Convivência familiar: Um direito à criança e ao adolescente institucionalizado*. *Revista Virtual, Textos e Contextos*, 7, 1-21.
- Formosinho, J., Araújo, S. & Sousa, Z. (2002). *A institucionalização enquanto transição ecológica: A fenomenologia da experiência no momento de Pós-transição*. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17-18, 267—276.
- Freitas, N. (2000). *Luto Moderno e Psicoterapia Breve*. São Paulo: Summus.
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no Futuro*. Alfragide: Texto Editores.
- Gonçalves, R. & MACHADO, C (2003). *Violência e Vítimas de Crimes*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Estoril: Príncipia Editora.
- Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social & CID – Crianças, Idosos e Deficientes – Cidadania, Instituições e Direitos (2013). *Manual de Boas*

- Praticas – Um quia para o acolhimento residencial das crianças e jovens.*
Lisboa: Instituto de Segurança Social, I.P.
- Hill, M. & Hill, A. (2005). *Investigação por Questionário.* Lisboa: Edições Sílabo.
- Marques, S, Pais Ribeiro, J. & Lopes, S. (2007) *Validations of a Portuguese Version of the Students'Life Satisfaction Scale. Applied Research in Quality of Life.* 2, 83-95, doi: 10.1007/s 11482-007-9031-5.
- Martins, R.(2009). *Menoridade, (in) capacidade e cuidado parental.* Coimbra: Coimbra Editora.
- Neves, M. (2011). *Autonomia e Satisfação com a Vida em Jovens Institucionalizados – Lares de Infância e Juventude vs Apartamentos de Autonomização.* (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://repositorio.ismt.pt:8080/jspui/handle/123456789/146>.
- Oliveira, A. (2010). *O Virar da Seta – Fatores positivos em vidas de jovens em risco.* Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Ramião, T. (2010). *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – Anotada e Comentada – Jurisprudência e Legislação.* Lisboa: QuidJuris.
- Reis, V. (2009). *Crianças e Jovens em Risco: Contributos para a organização de critérios de avaliação de fatores de risco.* (Dissertação de Doutoramento). Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/1178>.
- Sampaio, D. (1996). *Vozes e Ruídos – Diálogos com Adolescentes.* Lisboa: Editorial Caminho.
- Sampaio, D., Cruz, H. & Carvalho, M. (2011). *Crianças e Jovens em Risco – A família no Centro da intervenção.* Cascais: Principia.
- Siqueira, A. & Dell’Aglia, D. (2006). *O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura.* Psicologia e Sociedade, 18(1), 71-80.
- Sprinthall, N. & Collins, W. (1994). *Psicologia do Adolescente: Uma abordagem desenvolvimentalista.* Lisboa: Fundação Calouste Gullbenkian.
- Lei nº147/99, de 1 de Setembro – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
Lei nº31/2003 de 22 de Agosto – Alteração ao Código Civil, à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, o Decreto – Lei nº185/93 de maio à organização tutelar de Menores Jurídico de Adoção.
- DL 11/2008 de 17 de janeiro, Regime de execução do Acolhimento Familiar.
DL 12/2008 de 17 de janeiro, Promoção e Proteção das Crianças e Jovens em Perigo em Meio Natural de Vida.

ANEXOS

Anexo 1: Questionário: Valores e Perspetivas Futuras

Anexo 2: Escala de Satisfação com a Vida

Anexo 3: Carta de solicitação de autorização para aplicação de questionários

Anexo 4: Cronograma de Atividades

Anexo 5. Cronograma de atividades – Proposta de projeto de investigação

ANEXO 1. QUESTIONÁRIO – VALORES E PERSPETIVAS FUTURAS

Questionário – Valores e Perspetivas Futuras

Este questionário serve apenas para efeitos de investigação, sendo garantida a total confidencialidade das respostas. Assim, solicito que responda às questões colocadas com a máxima sinceridade, sabendo que não existem respostas certas ou erradas. Posto isto, assinale com uma cruz a sua resposta, quando for o caso, ou complete de acordo com o solicitado, Agradeço desde já a disponibilidade.

I. Dados Biográficos

1. Género

Feminino:.....

Masculino:.....

2. Idade

3. Habilitações (ultimo ano escolar que frequentaste):

—

4. Há quanto tempo está nesta instituição?

—

5. Já estive noutras instituições:

Sim:.....

Não:.....

II. Caracterização de Valores

1. Dos valores descritos em baixo assinale três em que acredita profundamente:

Ajuda:..... Autoridade:.....

Ter Trabalho:..... Ser Honesto.....

Verdade/honestidade:..... Ser Humilde.....

Igualdade:..... Justiça:.....

Gratidão:..... Responsabilidade:.....

Honra:..... Autonomia:.....

Liberdade:..... Respeito:.....

2. Na tabela seguinte assinale com uma cruz o grau de influência de cada uma das entidades referidas, nos valores que tem hoje:

	Muita Influência	Nenhuma Influência	Não se aplica
Família			
Instituição			
Escola			
Amigos			

3. Na tabela seguinte assinale com uma cruz o que pensa ser mais importante para a sua vida:

	Muito importante	Pouco Importante	Nada Importante	Não se Aplica
Ter fama				
Ter amigos				
Ter reconhecimento social				
Ter emprego				
Ter uma família				

4. Assinale a alternativa que corresponde ao mais importante para a sua vida.

Ser Amado/a:.....

Ser tratado de forma justa:.....

Ser Autónomo/a:.....

5. Assinale a alternativa que considera mais adequada. Quando tem que tomar uma decisão no que pensa em primeiro?

Consequências para comigo próprio.....

Consequências para com as outras pessoas:.....

Respeito pelas regras:.....

Em nada:.....

III. Perspetivas Futuras

1. Escolha a alternativa com a qual concorda mais. As hipóteses de me realizar na vida são:

Grandes:..... Moderadas:.....

Pequenas:..... Inexistentes:.....

2. Acha que o seu passado pode vir a ter influências negativas para o seu futuro?

Nenhuma Influência:.....

Alguma Influência:.....

Muita influência:.....

3. O que espera do futuro?

ANEXO 2 – ESCALA DE SATISFAÇÃO COM A VIDA

Questionário 2 – Escala de Satisfação com a Vida (ESCV) (Huebner, 1991^a; adaptados por Marques, P.R. & Lopez, 2007)

Esta escala tem por objetivo perceber quais os pensamentos que tem presentes acerca da sua vida durante as últimas semanas. Nas sete questões seguintes, é pedido que indique a satisfação com a sua vida. Circule as palavras ou assinale com uma cruz a seguir a cada frase que indicam o grau que concorda ou discorda com cada frase.

Exemplo:

A vida é boa

Discordo Totalmente	Discordo Moderadamente	Discordo Pouco	Concordo Pouco	Concordo Moderadamente	Concordo Totalmente
------------------------	---------------------------	-------------------	-------------------	---------------------------	------------------------

1. A minha vida está a correr bem

Discordo Totalmente	Discordo Moderadamente	Discordo Pouco	Concordo Pouco	Concordo Moderadamente	Concordo Totalmente
------------------------	---------------------------	-------------------	-------------------	---------------------------	------------------------

2. A minha vida é perfeita

Discordo Totalmente	Discordo Moderadamente	Discordo Pouco	Concordo Pouco	Concordo Moderadamente	Concordo Totalmente
------------------------	---------------------------	-------------------	-------------------	---------------------------	------------------------

3. Eu gostaria de mudar coisas na minha vida

Discordo Totalmente	Discordo Moderadamente	Discordo Pouco	Concordo Pouco	Concordo Moderadamente	Concordo Totalmente
------------------------	---------------------------	-------------------	-------------------	---------------------------	------------------------

4. Eu desejava ter uma vida diferente

Discordo Totalmente	Discordo Moderadamente	Discordo Pouco	Concordo Pouco	Concordo Moderadamente	Concordo Totalmente
------------------------	---------------------------	-------------------	-------------------	---------------------------	------------------------

5. Eu tenho uma vida boa.

Discordo Totalmente	Discordo Moderadamente	Discordo Pouco	Concordo Pouco	Concordo Moderadamente	Concordo Totalmente
------------------------	---------------------------	-------------------	-------------------	---------------------------	------------------------

6. Eu tenho na vida o que quero.

Discordo Totalmente	Discordo Moderadamente	Discordo Pouco	Concordo Pouco	Concordo Moderadamente	Concordo Totalmente
------------------------	---------------------------	-------------------	-------------------	---------------------------	------------------------

7. A minha vida é melhor do que a vida da maioria das outras pessoas da minha idade.

Discordo Totalmente	Discordo Moderadamente	Discordo Pouco	Concordo Pouco	Concordo Moderadamente	Concordo Totalmente
------------------------	---------------------------	-------------------	-------------------	---------------------------	------------------------

ANEXO 3. CARTA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS

Exma. Sra. Diretora Técnica

Assunto: Solicitação de autorização para a aplicação de questionários

No âmbito do Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, ministrado na Escola Superior de Educação de Viseu, do Instituto Politécnico de Viseu, pretendemos realizar um projeto de investigação com a temática “Perspetivas Presentes e Futuras das Crianças e Jovens Institucionalizados”, que tem como objetivo compreender qual o impacto a institucionalização sobre as perspetivas presentes e as perspetivas futuras das crianças e jovens, e de que forma os valores e satisfação com a vida podem influenciar estas perspetivas.

Pelo que, vimos solicitar a vossa Ex.^a autorização para a aplicação dos questionários junto das crianças das vossa instituição.

Na certeza que esta carta merecerá a melhor atenção de V. Exa., subscrevo-me com os melhores cumprimentos.

Viseu, 11 de maio de 2013.

A mestranda,
Sandra Nogueira

ANEXO 4 – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES 2013-2013

Atividades	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Definição do tema										
Apresentação do tema ao Conselho científico										
Pesquisa Bibliográfica (Internet, Artigos científicos, Teses de Mestrado, Revistas Científicas...)										
Definição de objetivos gerais e específicos (metodologia)										
Construção de instrumentos de recolhas de informação (Inquérito por questionário)										
Aplicação de questionários junto das instituições										
Apresentação, análise e discussão de resultados										
Redação final do Projeto de investigação										
Entrega do Projeto de investigação										
Defesa do Projeto de investigação										

ANEXO 5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES – PROPOSTA DE PROJETO DE INVESTIGAÇÃO

Atividades	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Aperfeiçoamento do projeto inicial										
Nova revisão da literatura										
Articulação com uma equipa multidisciplinar, para a entrega dos Inquéritos por questionário										
Aplicação dos Inquéritos por questionário, em instituições e escolas										
Análise dos dados recolhidos no SPSS (Statistical Package for the Social Sciences, for Windows, 17)										
Discussão e conclusões										